

# PROGRAMA DE DESATIVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES NA FASE DE PRODUÇÃO

## CAMPO DE BEIJA-FLOR

CONTRATO ANP Nº 48000.003514/97-21



Volume único

Janeiro/2022

E&P



**PETROBRAS**

# CAMPO DE PRODUÇÃO BEIJA-FLOR

## CONTRATO ANP Nº 48000.003514/97-21

**Volume Único**

**Janeiro - 2022**

**UN-BA**

	REV. 0	REV. A	REV. B	REV. C	REV. D	REV. E	REV. F	REV. G	REV. H
DATA	31/01/2022								
PROJETO	PBA								
EXECUÇÃO	GESICA								
VERIFICAÇÃO	GRAZIELLE								
APROVAÇÃO	THALES ARAGÃO								
AS INFORMAÇÕES DESTE DOCUMENTO SÃO PROPRIEDADE DA PETROBRAS, SENDO PROIBIDA A UTILIZAÇÃO FORA DA SUA FINALIDADE.									
FORMULÁRIO PERTENCENTE A PETROBRAS N-381REV. L.									

## **APRESENTAÇÃO**

A Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS, representada pela Unidade de Negócios de Exploração e Produção da Bahia, UN-BA, apresenta a ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, o **Programa de Desativação das Instalações na Fase de Produção do Campo de Produção de Beija-Flor**, localizado na Bacia do Recôncavo, no município de São Sebastião do Passé - BA em atenção ao Ofício ANP N° **066/SDP/2008**, de 28/02/2008 e em consonância com o Regulamento Técnico de Desativação de Instalações na Fase de Produção, instituído através da Resolução ANP nº 817/2020.

**ÍNDICE GERAL**

<b>1. REFERÊNCIA</b>	<b>5</b>
<b>2. MOTIVAÇÕES PARA O DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES</b>	<b>6</b>
<b>3. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS BÁSICAS</b>	<b>6</b>
<b>4. INVENTÁRIO DAS INSTALAÇÕES A SEREM DESCOMISSIONADAS</b>	<b>7</b>
<b>4.1 LOCAÇÕES DE POÇOS</b>	<b>7</b>
<b>4.2 UNIDADES DE PRODUÇÃO TERRESTRE</b>	<b>13</b>
<b>4.3 DUTOS DE ESCOAMENTO</b>	<b>13</b>
<b>4.4 GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS, REJEITOS E EFLUENTES</b>	<b>13</b>
<b>4.5 RECUPERAÇÃO AMBIENTAL</b>	<b>13</b>
<b>4.6 REGISTROS FOTOGRÁFICOS E MAPAS ESQUEMÁTICOS</b>	<b>13</b>
<b>5. PROJETO DE DESCOMISSIONAMENTO DAS INSTALAÇÕES</b>	<b>18</b>
<b>5.1 POÇOS</b>	<b>18</b>
<b>5.2 DEMAIS INSTALAÇÕES</b>	<b>18</b>
<b>6. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS</b>	<b>18</b>
<b>6.1 DECLARAÇÃO</b>	<b>19</b>
<b>7. PLANO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL</b>	<b>19</b>
<b>8. CRONOGRAMA</b>	<b>21</b>
<b>9. ESTIMATIVA DE CUSTOS</b>	<b>23</b>
<b>10. ANEXOS</b>	<b>24</b>
<b>ANEXO 1 – SISTEMA DE GESTÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NA PETROBRAS</b>	<b>24</b>

## 1. REFERÊNCIA

### a) Contratado

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS  
Unidade de Negócio de Exploração e Produção da Bahia - UN-BA

### b) Número do contrato

CONTRATO ANP Nº 48000.003514/97-21

### c) Área sob contrato

Campo de produção de Beija-Flor

### d) Bacia Sedimentar

Recôncavo

### e) Localização

O campo de Beija Flor está localizado a 50 Km ao norte da Cidade de Salvador – estado da Bahia.

### f) Data de início da produção;

O campo teve sua produção iniciada no ano de 1969

### g) Data de previsão de término da produção;

A data da última produção do campo foi em 2005.

### h) Tipo de descomissionamento (parcial, parcial com devolução de área ou total com devolução de área);

Total com devolução de área.

### i) Tipologias de instalações contempladas no PDI (poços, linhas, unidades de produção, equipamentos, outras instalações);

O único tipo de instalação de produção existente no campo é poço, não há linhas ou outras instalações.

### j) Processos de licenciamento no órgão ambiental licenciador

O Campo Beija Flor teve seu poço perfurado em 1969, quando ainda não existia o instrumento de política ambiental licenciamento ambiental. Como forma de regularizar sua produção, a então E&P-BA, atual UN-BA, requereu uma Licença de Operação (LO), através do processo nº 970001168/2,

formado em 30/07/97, para operação de todas suas atividades. Essa LO foi concedida pela Resolução CEPRAM nº 1639, publicada em 07/04/98, válida até 07/04/03.

A renovação dessa LO foi requerida em 14/10/02 através do processo nº 2002-004997/TEC/RLO-0013. Em 24/01/03, através da notificação nº 2003-000370/TEC/NOTH-0033, o então CRA, atual INEMA, decidiu que essa renovação deveria ser desmembrada devido ao grande número de estações, dutos e poços, devendo a UN-BA protocolizar novos processos.

Em 08/03/04 foi formado o processo nº 2004-001106/TEC/RLO-0018, que requereu a LO para o Sistema de Produção Massapê-Lamarão, onde se insere o Campo Beija Flor. Em 19/04/05 foi publicada a Portaria CRA nº 5446, válida até 19/04/10.

A renovação dessa LO foi requerida em 18/12/09 através do processo nº 2009-035906/TEC/RLO-0066, atendo ao prazo estabelecido na legislação ambiental para a prorrogação automática até a manifestação do órgão ambiental, o que não ocorreu até o momento. Entretanto nesse processo de renovação não foi contemplado o Campo Beija Flor.

**k) licenças ambientais do empreendimento (identificação, escopo e prazo de validade).**

O Campo Beija Flor não tem licenciamento ambiental vigente.

## 2. MOTIVAÇÕES PARA O DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES

Atendimento a resolução ANP nº 817 de 17/04/2020, que aprovou o Regulamento técnico de desativação de instalações na fase de produção, e ao solicitado no Ofício nº **066/SDP/2008**, de 28/02/2008.

O potencial de produção do campo não apresenta viabilidade econômica para a empresa operadora.

## 3. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS BÁSICAS

**a) Proprietário da área onde se localizam as instalações a serem descomissionadas:**

POÇO	PROPRIETÁRIO	PROPRIEDADE
4-MP-12-BA	MOACI BATISTA DA SILVA	FAZENDA GANGU

Tabela 01: Proprietários das áreas onde estão localizados os poços

**b) Mapas, dados e informações georreferenciados das áreas onde estão localizadas as instalações a serem descomissionadas:**

As instalações existentes na concessão é apenas um poço onde há a existência de estrutura operacional. O limite da concessão com a localização de poços em

seu interior e fora dele são apresentados nos Mapas 01 (base cartográfica) e Mapa 02 (ortofoto) do item 4.6.

**c) Uso futuro da área onde estão localizadas as instalações a serem descomissionadas:**

A ser definida pelo superficiário.

## **4. INVENTÁRIO DAS INSTALAÇÕES A SEREM DESCOMISSIONADAS**

### **4.1 LOCAÇÕES DE POÇOS**

#### **4.1.1 Descrição**

**a) Área**

<b>POÇO</b>	<b>ÁREA EM HECTARES</b>
4-MP-12-BA	0,9827

Tabela 02: Área dos poços em hectare

**b) Localização**

Município de São Sebastião do Passé – BA

**c) Identificação da propriedade onde se situa a locação de poço e do respectivo proprietário**

POÇO	PROPRIETÁRIO	PROPRIEDADE
4-MP-12-BA	MOACI BATISTA DA SILVA	FAZENDA GANGU

Tabela 03: Propriedades e proprietários das áreas onde estão localizados os poços

**d) Acessos e responsável pela construção dos acessos (contratado ou proprietário)**

- Roteiro de acesso ao poço 4-MP-12-BA

Ponto Inicial: Frente do Prédio da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Passé na Praça Coronel Luiz Ventura, ponto este que tem as seguintes coordenadas na projeção UTM N= 8.616.484,00 e E=554.987,00 (Ponto A);

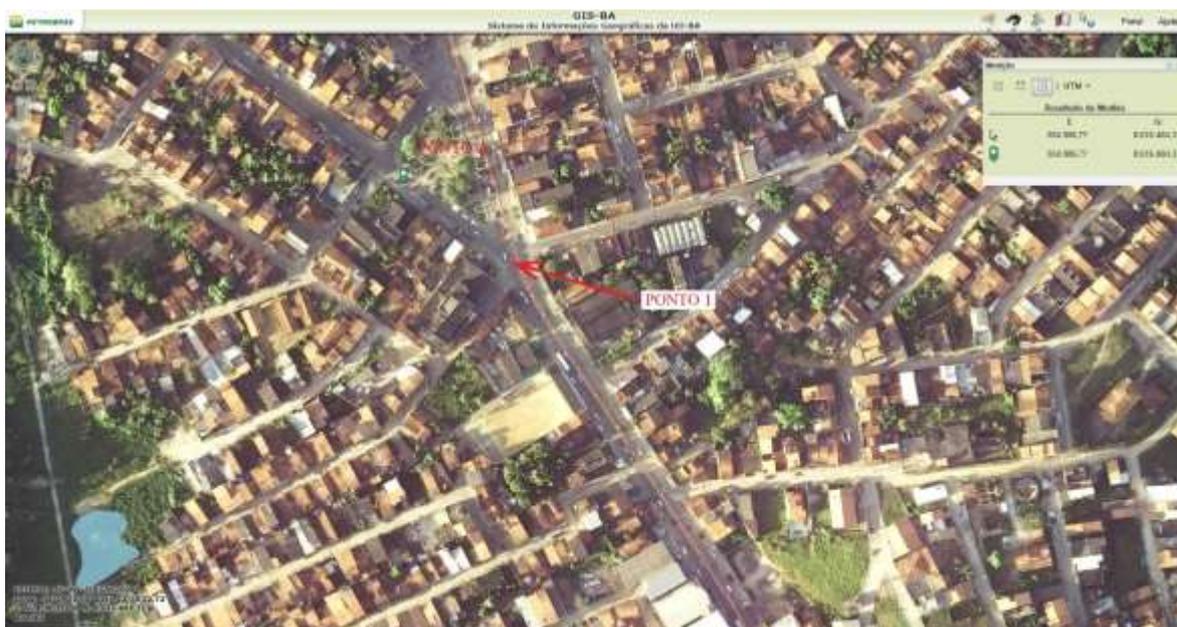


Imagem 1 – Localização da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Passé (Ponto A).

Siga na direção sudeste em direção da BA-512, com 80 metros chegará ao (Ponto 1) na Rodovia BA-512, siga por mais 730 metros e estará na Rotatória situada na Rodovia BA-512 e a Avenida Ernani de Oliveira Rocha (Ponto 2).



Imagem 2 – Rotatória na Rodovia BA-512 e a Avenida Ernani de Oliveira Rocha (Ponto 2)

Na rotatória contorne e prossiga na Rodovia BA-512 no sentido da cidade de Dias D'Ávila por 3,5 km até a estrada que dá acesso a Estação Coletora de Norte de Fazenda Caruaçu (Ponto 3) onde deve entrar a esquerda por uma estrada de terra, com mais 400 metros estará em frente à Estação de Norte de Fazenda Caruaçu (Ponto 4).

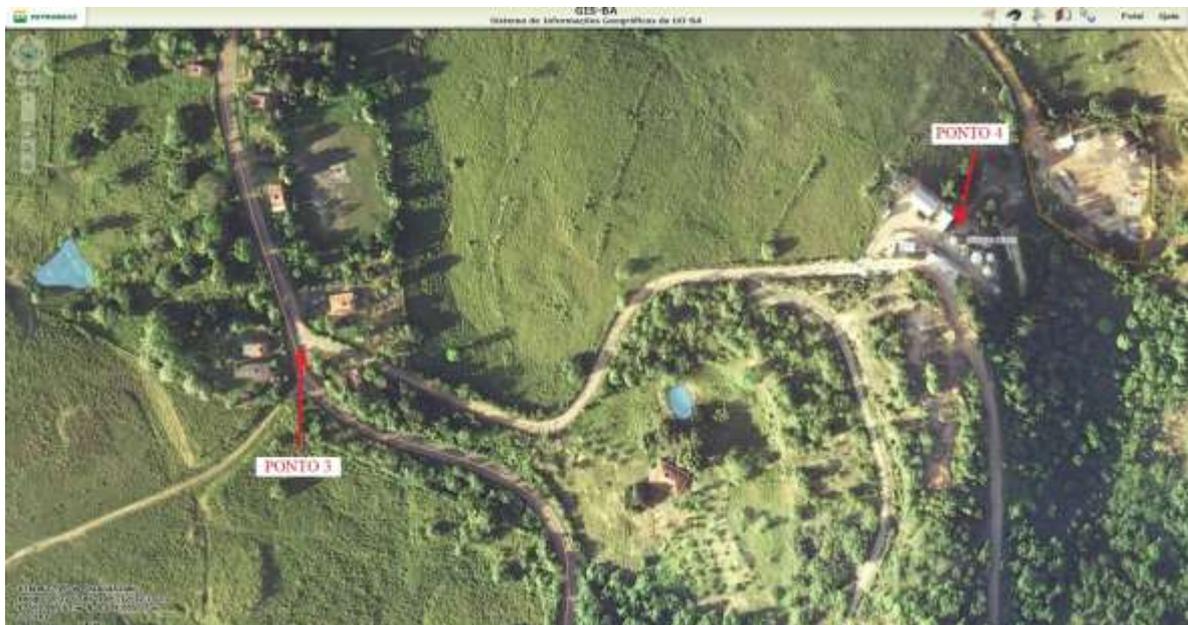


Imagem 3 – Localização dos Pontos 3 e 4.

Prossiga nesta estrada de terra por mais 1 km até uma derivação, na qual deve seguir pela direita (Ponto 5).

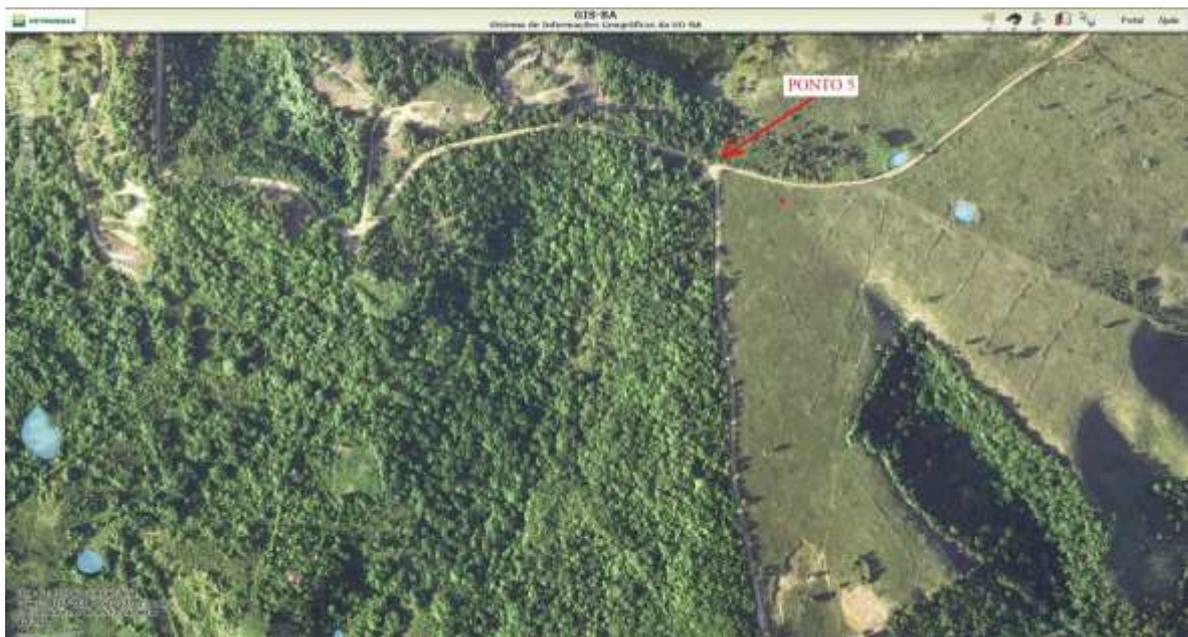


Imagem 4 – Localização do Ponto 5.

Continue por mais 3 km e passará ao lado da base do poço 3-MP-09-BA (Ponto 6) onde deve seguir em frente nesta estrada.

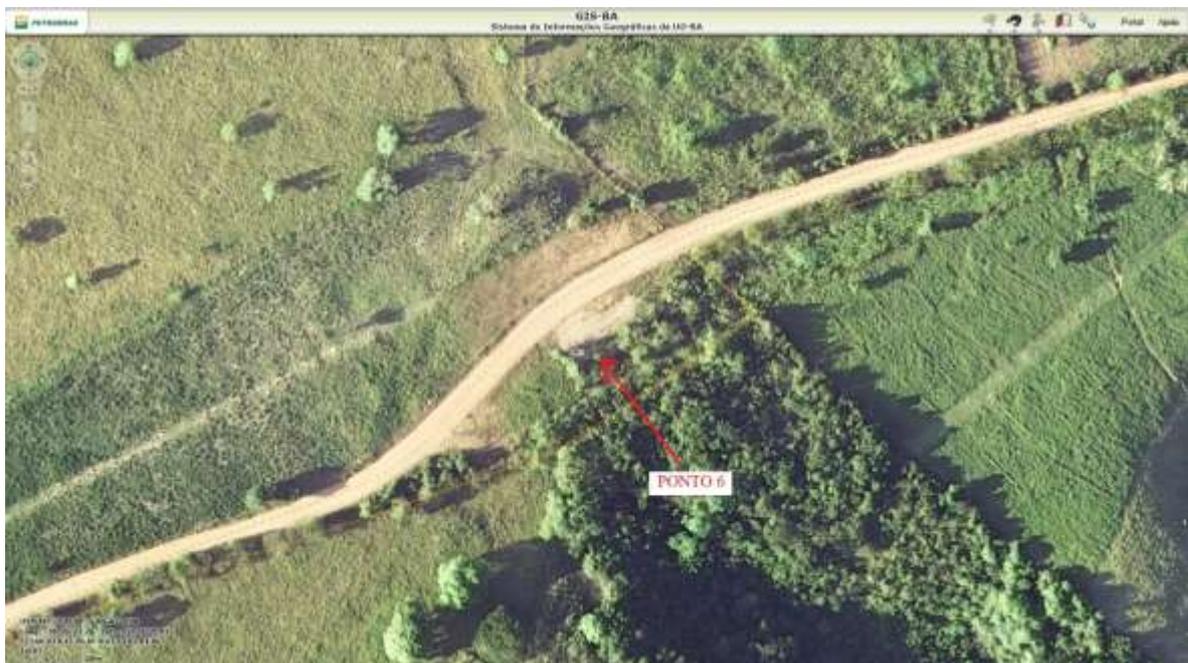


Imagem 5 – Localização do Ponto 6

Prossiga por mais 2,1 km e estará na Base do Poço MP-12, que estará à direita do acesso. (Ponto B). Ponto final deste roteiro.

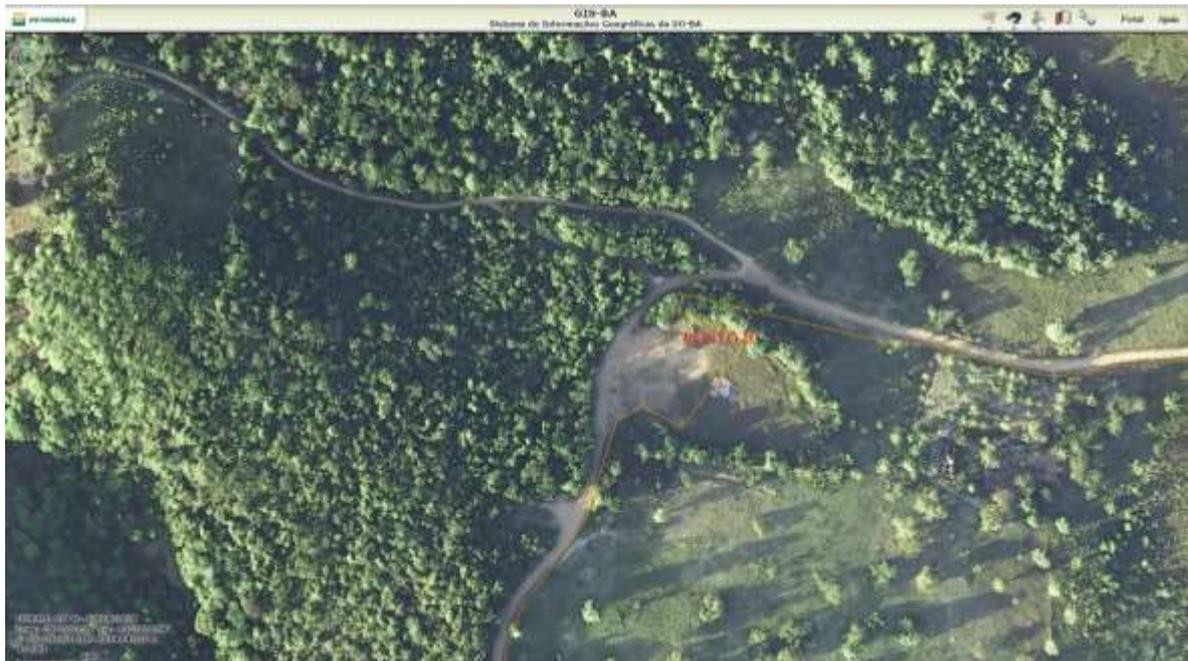


Imagem 6 – Localização do Ponto B (Poço 4-MP-12-BA).

**e) Número de poços**

O campo possui 01 (um) poço.

**f) Número de tanques**

O campo não possui tanques de produção

**g) Edificações, estruturas, instalações elétricas e de telecomunicações e demais obras civis e respectivas finalidades**

O campo não possui.

**h) Plataforma de carregamento de petróleo**

O campo não possui.

**i) Sistema de drenagem**

Não há sistema concretado de drenagem, e, portanto, não há ligação para drenagens naturais através de sistema de drenagem composto por canaletas de concreto da base do poço 4-MP-12-BA.

**j) Taludes (vegetado, parcialmente vegetado ou não vegetado)**

Taludes de forma geral vegetados, tendo algumas falhas pontuais na cobertura vegetal devido a queimada, contudo, passível de rápida regeneração.

**k) Corpos hídricos no entorno e suas respectivas condições de drenagem (perene, intermitente) e de assoreamento**

Não há corpos hídricos nas proximidades desta base

**l) Uso e ocupação do solo no entorno (agrícola, urbana, industrial)**

O uso e ocupação do solo no entorno é agrícola.

**4.1.1 Poços**

O campo de Beija-Flor conta com 01 poço, tanto nos sistemas internos Petrobras quanto na ANP:

POÇO	PETROBRAS			ANP
	STATUS (SIGEO)	CONDIÇÃO (SIP)	ESTADO (SIP)	STATUS (SIGEP)
4-MP-12-BA	Abandonado temporariamente	1 - Disponível para Operação	5 - Fechado sem perspectivas de retorno	Abandonado aguardando abandono definitivo/arrasamento

Tabela 4: Situação dos poços

De acordo com os registros documentais e as fotos dos poços, o poço encontra-se de fato abandonado temporariamente.

**4.1.2.1. Poço 4-MP-12-BA**

**a) Finalidade**

Poço Exploratório Pioneiro Adjacente

**b) Status atual**

Abandonado temporariamente

**c) Cota do terreno**

87,91 m

**d) Data do término da perfuração**

19/07/1969

**e) Data do término do abandono temporário, abandono permanente ou arrasamento, quando aplicável.**

Não aplicável.

## **4.2 UNIDADES DE PRODUÇÃO TERRESTRE**

### **4.2.1. Descrição**

Não aplicável.

### **4.2.2. Sistemas**

Não aplicável.

## **4.3 DUTOS DE ESCOAMENTO**

Não aplicável

## **4.4 GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS, REJEITOS E EFLUENTES**

A concessão não possui sistema de coleta, manuseio e disposição final de resíduos. Atualmente possui apenas 01 (uma) base de poço com equipamento.

Eventuais resíduos gerados são coletados em recipiente adequado, armazenados temporariamente e posteriormente enviados para sua destinação final.

A gestão de resíduos é objeto de verificação do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e do INEMA – Instituto de Meio Ambiente e tratados conforme procedimentos aprovados pelos referidos órgãos.

## **4.5 RECUPERAÇÃO AMBIENTAL**

A área no entorno do poço avaliado não possui degradação ambiental que necessite de recuperação ambiental, a condição encontrada na área é favorável à reestruturação do ecossistema, conforme pode ser observado nos registros fotográficos do item 4.6.

## **4.6 REGISTROS FOTOGRÁFICOS E MAPAS ESQUEMÁTICOS**

**a) Registros fotográficos atualizados das áreas e instalações a serem descomissionadas e daquelas consideradas descomissionadas, com identificação da data de realização dos registros.**

Registros fotográficos atualizados da base 4-MP-12-BA, contendo Foto 01, com vista a partir da base do poço, e a Foto 02, com vista panorâmica do poço e seu entorno, capturadas em abril/2021, apresentando bom estado de preservação dos taludes no seu entorno, tendo estabilidade e cobertura vegetal, apesar de um pequeno trecho da

vegetação que sofreu queimadas, mas, revela que o local tem elevada chance de rápida regeneração, devido a qualidade do solo, biomassa presente e microclima.

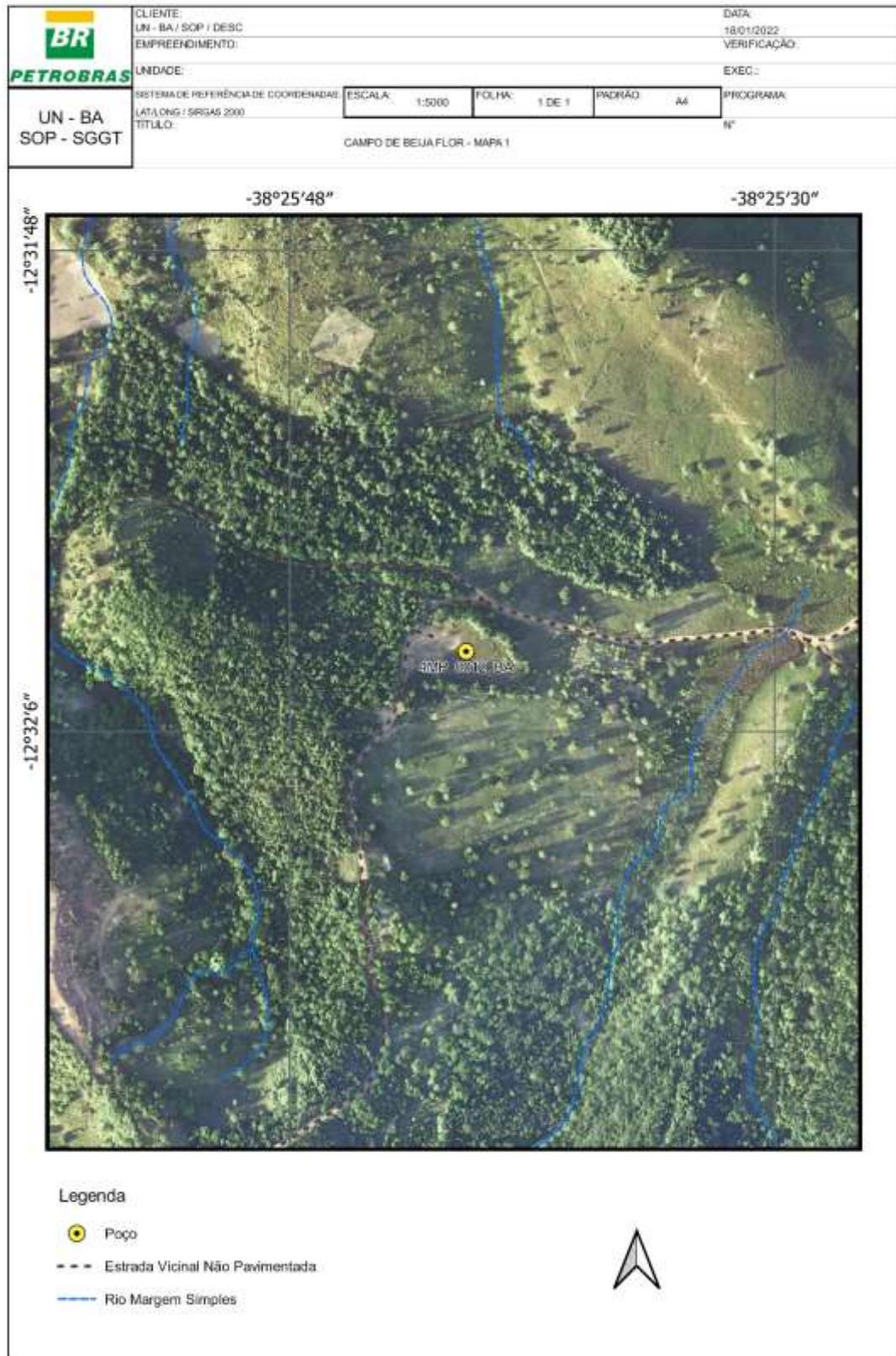


Foto 01: vista panorâmica a partir da base 4-MP-12.



Foto 02: vista panorâmica da base e entorno do poço 4-MP-12-BA.

**b) Mapas, dados e informações georreferenciados contendo a localização de todas as instalações de produção existentes na área onde estão inseridas as instalações a serem descomissionadas, destacando aquelas que são alvo do PDI**



Mapa 01: Mapa Geral Ortofoto do campo de Beija-Flor



**c) Esquemáticos das instalações de produção existentes na área onde estão localizadas as instalações a serem descomissionadas**

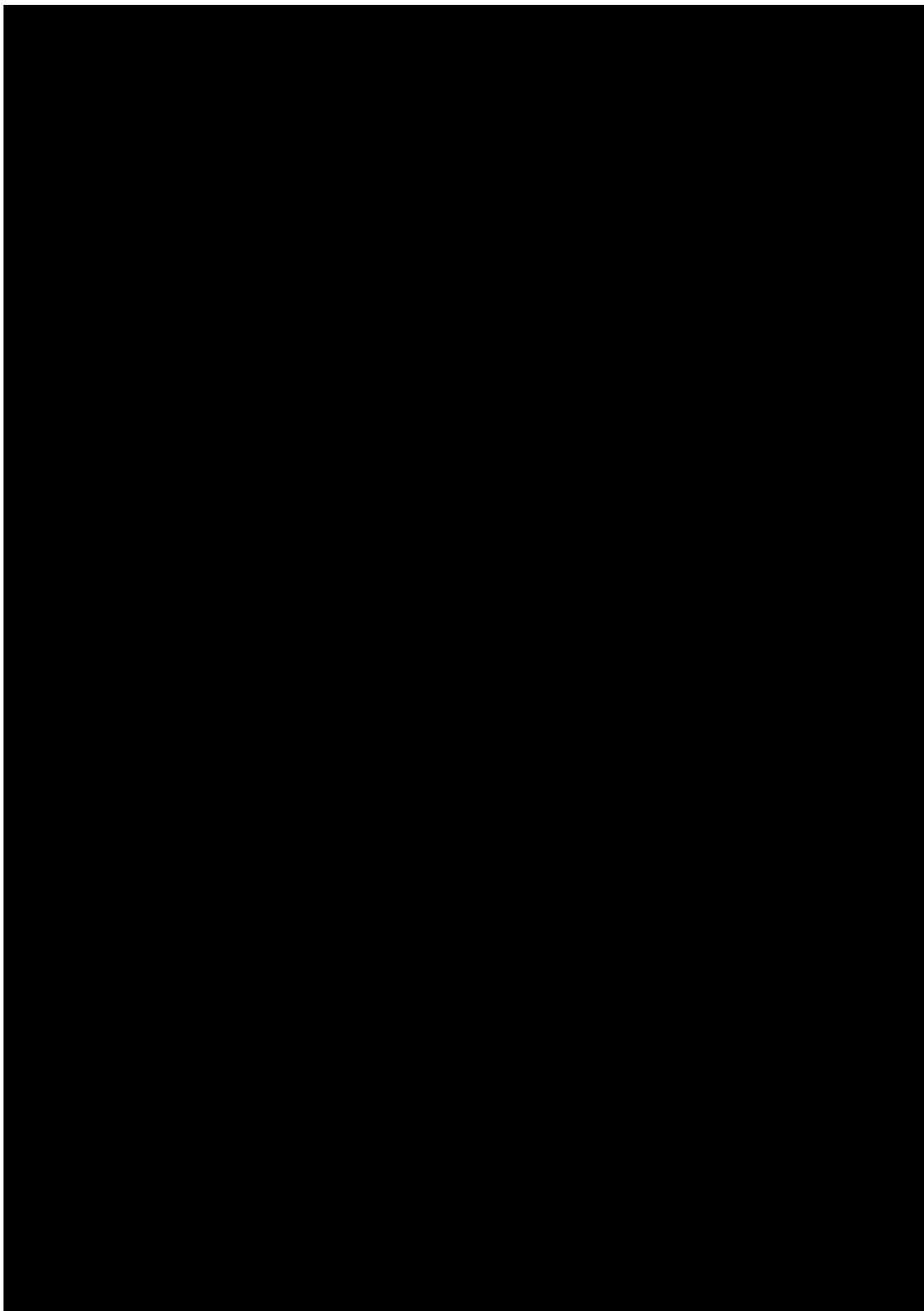


Fig. 01: Esquema mecânico do poço 4-MP-12-BA

## 5. PROJETO DE DESCOMISSIONAMENTO DAS INSTALAÇÕES

### 5.1 POÇOS

#### 5.1.1. Poço 4-MP-12-BA

##### a) Status final previsto

Arrasado

##### b) Estruturas que não serão removidas, quando aplicável.

Não se aplica.

### 5.2 DEMAIS INSTALAÇÕES

Não se aplica.

## 6. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O poço 4-MP-12-BA sofrerá intervenção com sonda para abandono permanente e arrasamento em conformidade com o SGIP, compreendendo grosso modo a realização de tampões de cimento (entre as diversas zonas portadoras de hidrocarbonetos e aquíferos, além do tampão de superfície) e remoção dos equipamentos de superfície.

Serão realizadas as seguintes operações no poço 4-MP-12-BA com sonda de produção terrestre (SPT):

- Amortecer o poço;
- Retirar a coluna de produção;
- Condicionar revestimento;
- Efetuar tampões de cimento nos intervalos 2140-2275m e 860-920m.
- Fazer um tampão de cimento de 70m até o fundo do antepoço;
- Retirar as cabeças de produção e revestimento, cortar tubo condutor, revestimento de superfície, e revestimento de produção na base do antepoço.

A duração estimada para abandono permanente e arrasamento do poço 4-MP-12-BA é de 11 dias.

## 6.1 DECLARAÇÃO

A(s) intervenção(ões) para abandono permanente e arrasamento do(s) poço(s) será(ão) realizada(s) conforme padrão interno PP-2TAR-00094 - DIRETRIZES PARA ABANDONO DE POÇOS NO TAR/CPT, o qual está em consonância com o CADERNO DE BOAS PRÁTICAS DO IBP – DIRETRIZES PARA ABANDONO DE POÇOS e também com a RESOLUÇÃO ANP Nº 46, DE 1º.11.2016 - DOU 3.11.2016 - RETIFICADO DOU 7.11.2016 – REGULAMENTO TÉCNICO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA INTEGRIDADE DE POÇOS (SGIP).

## 7. PLANO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

Caso seja necessária a remoção da base de concreto do poço, a área será recuperada conforme o procedimento abaixo descrito:

No processo de recuperação de áreas degradadas a vegetação tem papel importante na estabilidade do solo, uma vez que amortece o impacto das chuvas, regularizando e reduzindo o escoamento superficial e, conseqüentemente, o arraste de partículas, aumentando o tempo disponível para absorção da água pelo subsolo, diminuindo a ocorrência de processos erosivos.

O processo de recomposição vegetal da área de reintegração visará ao retorno da composição existente no período de pré-utilização do poço. Nesse processo de recomposição, como medida para acelerar a regeneração da área, será adotada a técnica nucleadora de grupos de Anderson, que utilizará espécies nativas encontradas na região (tab. 5).

Família	Nome Popular	Nome Científico
Leguminosae	guandu	<i>Cajanus indicus</i>
Leguminosae	sabiá mimosa	<i>Mimosa caesalpinifolia</i>
Rosaceae	amoreira-branca	<i>Rubus sp</i>
Rosaceae	amoreira-preta	<i>Rubus sp</i>
Solanaceae	jurubeba	<i>Solanum paniculatum</i>
Euforbiáceas	tamanqueiro	<i>Alchornea glandulosa</i>
Fabaceae	angelim do campo	<i>Andira anthelmia</i>
Fabaceae	mulungu	<i>Erythrina mulungu</i>
Malvaceae	açoita-cavalo-miúdo	<i>Luehea divaricata</i>
Salicaceae	guaçatonga	<i>Casearia sylvestris</i>
Lauraceae	canela-ferrugem	<i>Nectandra rigida</i>
Myrtaceae	araça	<i>Psidium guajava</i>
Bignoniaceae	paratudo	<i>Tabebuia caraiba</i>
Combretaceae	pau-de-lança	<i>Terminalia triflora</i>
Bignoniaceae	caroba-do-mato	<i>Jacaranda copaia</i>

Tabela 5: Espécies da flora nativa que serão utilizadas na recomposição

A técnica que será adotada consiste no plantio em núcleos, facilitando o seu manejo, uma vez que os tratamentos culturais serão feitos apenas nos mesmos locais. Será realizada a implantação de 54 grupos/ha com 9 mudas por grupo, sendo 1 clímax, 2 secundárias iniciais e 6 pioneiras, utilizando um espaçamento de 0,5 x 0,5 m entre as mudas, totalizando 486 plantas/ha (fig. 02).

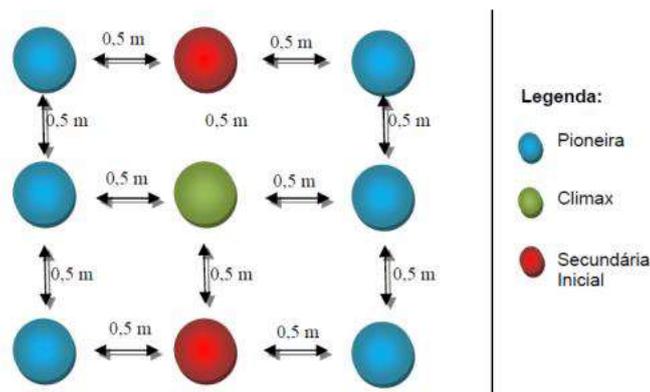


Fig. 02 - Croqui de distribuição do grupo de Anderson

A recomposição contempla a correção de características físicas e químicas do solo, além do controle de pragas e espécies invasoras, buscando um ambiente em que as mudas possam ter um melhor desenvolvimento, acelerando o processo de regeneração do local. São descritas a seguir algumas atividades que serão realizadas no âmbito da recomposição:

**Subsolagem.** Consiste em descompactar o solo das áreas onde sofreram terraplanagem, utilizando-se um subsolador acoplado a um trator, penetrando no solo até romper a camada de impedimento. Este procedimento fará com que o sistema radicular das plantas tenha um melhor desenvolvimento.

**Correção do solo.** É feita a partir de uma análise química do solo, visando à correção de possíveis deficiências de nutrientes.

**Coveamento manual.** Terão dimensões de 40 x 40 x 40 cm. É necessário separar a terra da camada superficial (0-25 cm) da inferior (26-50 cm), dispondendo-as em lados contrários no exterior da cova, para posterior adubação e fechamento de covas. Por fim, a cova deve ser aterrada com dois terços da terra retirada misturada (homogeneamente) aos fertilizantes e corretivos.

**Plantio.** A muda será acomodada junto com a terra do interior da cova feita, sendo levemente fixada para que as raízes fiquem firmes evitando tombamento e mantendo o nível do solo para não ocorrer afogamento. Todo o excesso de terra, após o plantio, deverá ser aproveitado ao redor da muda, com formação de pequena bacia para melhor aproveitamento da água da chuva.

**Irrigação do plantio.** Trata-se de operação onerosa, todavia é de fundamental importância para a manutenção do plantio. Será otimizada por se escolher a melhor época de plantio das espécies utilizadas.

**Coroamento.** Importante para a eliminação de ervas daninhas que concorram em nutrientes com as mudas.

**Combate a formiga.** O controle de formigas cortadeiras será realizado nas etapas de implantação e de manutenção das áreas de enriquecimento, bem como na faixa de 50 m adjacente a estas, para não ocorrer prejuízos ao plantio. A intervenção será feita através de monitoramento nas áreas observando o nível de infestação, ou seja, árvores

atacadas e possíveis formigueiros, combatendo essas infestações com a utilização de isca. Em épocas de chuva, o controle será feito com a utilização de termonebulizador, pois os formigueiros não estarão em atividade nesse momento. O controle de formigas deverá ser feito com iscas granuladas ou com formicida líquido. O formicida líquido é ideal para a fase das águas, pois não perece em contato com a umidade, diferentemente das iscas. O princípio ativo do formicida deve ser o Sulfluramida.

Para a desativação dos poços, após arrasamento dos mesmos, serão realizadas as seguintes atividades:

- a) Demolição da base de concreto e remoção e destinação final ambientalmente adequada (reciclagem em área de reciclagem de resíduo de construção civil) da base de concreto
- b) Descompactação do solo
- c) Correção química do solo
- d) Coveamento do solo
- e) Plantio de mudas
- f) Irrigação do plantio
- g) Remoção de ervas daninhas
- h) Controle de formigas

## 8. CRONOGRAMA

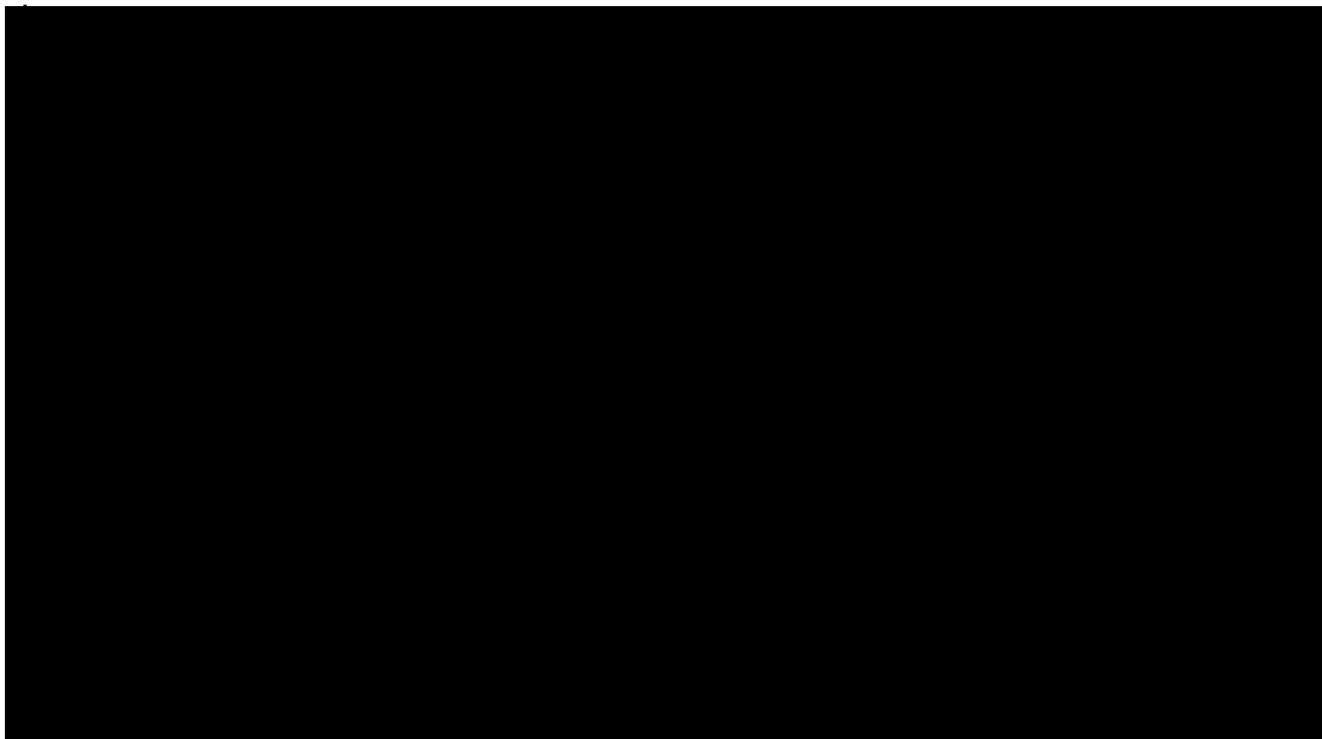
O planejamento das intervenções é função dos componentes (base de concreto, antepoço aberto, revestimento, equipamento de superfície, cascalho e solo contaminado) encontrados nos poços.

A desativação, por envolver recomposição da vegetação, precisa ter seu cronograma associado com o período de excedente hídrico e de maior armazenamento de água no solo, que no caso de São Francisco do Conde (estação meteorológica mais próxima das instalações a serem desativadas) é entre abril e junho.

Nesse sentido é proposto que as atividades contidas no cronograma de cada poço (fig. 03) sejam realizadas nesse período de **3 meses**. Prevê-se ainda o monitoramento da evolução das mudas nos **2 anos seguintes**, a cada 3 meses, para verificação da eficácia.



## 9. ESTIMATIVA DE CUSTOS





## **SISTEMA DE GESTÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NA PETROBRAS**

### **Direcionamentos de Responsabilidade Social**

O respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança é um dos pilares do planejamento estratégico da Petrobras. (fonte: Plano Estratégico 2021-2025)

Nosso Código de Conduta Ética estabelece no item 4.2 Direitos Humanos que é dever da Petrobras respeitar, conscientizar, prevenir a violação e promover os direitos humanos em suas atividades e atuar em conformidade com os direitos humanos protegidos por tratados e convenções internacionais, além de reparar possíveis perdas ou prejuízos decorrentes de danos causados sob sua responsabilidade às pessoas ou comunidades afetadas por nossas atividades, com a máxima agilidade. Essa observância deve se dar ainda nos ambientes e canais online internos e externos da empresa. (fonte: Código de Conduta Ética, página 10)

Nossa Política de Responsabilidade Social tem como diretrizes: (i) respeitar os direitos humanos, buscando prevenir e mitigar impactos negativos nas nossas atividades diretas, na cadeia de fornecedores e nas parcerias, combatendo a discriminação em todas as suas formas; e (ii) identificar, analisar e tratar os riscos sociais decorrentes da interação entre os nossos negócios, a sociedade e o meio ambiente e fomentar a gestão de aspectos socioambientais na cadeia de fornecedores. (fonte: Relatório de Sustentabilidade página 183)

Nossas Diretrizes de Direitos Humanos, no eixo 3.2.2 Relacionamento com as Comunidades, descreve como orientações específicas:

- a) Respeitar as comunidades onde atuamos, promovendo a gestão de impactos socioculturais, humanos, econômicos e ambientais e contribuindo para o desenvolvimento local;
- b) Respeitar os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, sua autodeterminação, o acesso à terra, a seus meios de vida e seus princípios culturais e sociais;
- c) Respeitar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, identificando e mitigando potenciais riscos decorrentes das atividades operacionais;
- d) Agir com transparência junto às comunidades potencialmente afetadas por nossas atividades, por meio de iniciativas de consulta livre, prévia e informada;
- e) Estabelecer canal para denúncias e reclamações, de forma acessível às comunidades, comprometendo-se com gestão transparente de tratamento e reparação, quando cabível, por meio de ações eficazes e transparentes;
- f) Manter canais de diálogo para fortalecer o relacionamento comunitário;
- g) Promover práticas de segurança alinhadas com o respeito aos Direitos Humanos;
- h) Implementar iniciativas de esclarecimento e treinamento junto às comunidades potencialmente expostas a riscos, de modo a estimular seu comprometimento com as medidas de segurança e contingência; e
- i) Evitar ou reduzir ao máximo a necessidade de deslocamento permanente de indivíduos e comunidades, mas quando necessário, promover tratamento igualitário entre os segmentos sociais afetados, implementando ações que garantam condições de vida

similares ou melhores que as existentes, assim como a manutenção das relações sociais e culturais.

(Fonte: DI-1PBR-00334 Diretrizes de Direitos Humanos)

Nosso Guia de Conduta Ética para Fornecedores reforça o compromisso com o respeito aos direitos humanos internacionalmente reconhecidos e à legislação aplicável, bem como estimula a promoção da diversidade, equidade de gênero, igualdade racial e a inclusão de pessoas com deficiência. (fonte: Guia de Conduta Ética para Fornecedores, páginas 10 e 11)

Aderimos, em 2003, ao Pacto Global da ONU, cujos princípios estão relacionados a direitos humanos e práticas de trabalho. Participamos, desde 2006, do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Governo Federal, pelo qual fomos reconhecidos com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça por cinco vezes consecutivas. (fonte: Relatório de Sustentabilidade, página 183)

Em 2010, aderimos aos sete Princípios de Empoderamento da ONU Mulheres, que tratam da promoção da equidade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e na sociedade. Nesse mesmo ano, assinamos a Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, por meio da qual declaramos nosso compromisso contra a exploração sexual, em favor da proteção dos direitos da criança e do adolescente. (fonte: Relatório de Sustentabilidade, página 184)

Em 2015, assinamos o Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, do Instituto Pacto Nacional de Erradicação de Trabalho (InPACTO), que tem como objetivo o enfrentamento do trabalho escravo contemporâneo. (fonte: Relatório de Sustentabilidade, página 184)

Em 2018, assinamos a Carta Aberta Empresas pelos Direitos Humanos, junto a outras seis empresas públicas – Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica, Correios e Eletrobras –, ao Ministério dos Direitos Humanos, à Procuradoria Geral da República e ao Ministério Público do trabalho. Nesse compromisso, afirmamos nosso firme propósito de garantir os direitos universais nas atividades empresariais. (fonte: Relatório de Sustentabilidade, página 184)

Também em 2018, aderimos à Iniciativa Empresarial pela Igualdade, proposta pela ONG Afrobras e pela Faculdade Zumbi dos Palmares, cujos dez compromissos têm como objetivo o respeito e a promoção da igualdade racial, da igualdade de oportunidades e do tratamento justo a todas as pessoas. (fonte: Relatório de Sustentabilidade, página 184)

Em dezembro de 2019, assinamos o Pacto Nacional pela Primeira Infância. Esse compromisso, firmado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e diversos atores que integram a rede de proteção à infância no Brasil, tem como objetivo fortalecer as instituições públicas voltadas à garantia de direitos previstos na legislação brasileira e promover a melhoria da infraestrutura necessária à proteção do interesse da criança, em especial da primeira infância. (fonte: Relatório de Sustentabilidade, página 184)

## **Processos**

Para operacionalizar os direcionadores de responsabilidade social da Petrobras contamos com processos como o “Gerir Riscos Sociais e o Relacionamento Comunitário” (fonte: PP-1PBR-00664 – Gerir Riscos Sociais e o Relacionamento Comunitário).

Consideramos que o risco social é um evento incerto, decorrente das decisões e atividades diretas e indiretas da Petrobras e de fatores externos que, se ocorrerem, podem impactar os direitos humanos, os meios de vida e a dinâmica socioeconômica de uma região. O risco social pode interferir nos objetivos estratégicos da companhia. (fonte: PP-1PBR-00664 – Gerir Riscos Sociais e o Relacionamento Comunitário)

O relacionamento comunitário constitui um processo de longo prazo, baseado no diálogo, na transparência e na coerência entre o posicionamento da companhia e as ações implementadas, devendo ser sistematizado e realizado continuamente durante todo o ciclo de vida dos negócios. (fonte: PP-1PBR-00664 – Gerir Riscos Sociais e o Relacionamento Comunitário)

As disciplinas estratégicas de riscos sociais e de relacionamento comunitário estão associadas uma vez que o público “comunidades” é um dos públicos prioritários para a gestão de riscos sociais. (fonte: PP-1PBR-00664 – Gerir Riscos Sociais e o Relacionamento Comunitário)

A análise dos riscos sociais deve levar em consideração todo o ciclo de vida do negócio, que inclui as etapas de investimento, operação, **descomissionamento**, hibernação e desinvestimento. (fonte: PP-1PBR-00664 – Gerir Riscos Sociais e o Relacionamento Comunitário)

Os temas a serem contemplados nesta análise fundamentaram-se nas seguintes referências: ABNT NBR ISO 26000:2010; ABNT NBR 16.001:2012; documentos e guias da International Finance Corporation (IFC); documentos e guias da Associação Regional das Empresas de Petróleo e Gás da América Latina (ARPEL); documentos e guias da Associação Internacional das Empresas de Petróleo e Gás para questões sociais e ambientais (IPIECA); os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas; além do Código de Conduta Ética e das políticas corporativas e boas práticas da companhia. (fonte: PP-1PBR-00664 – Gerir Riscos Sociais e o Relacionamento Comunitário)

Os temas apresentados na Figura 1 auxiliam na identificação de riscos sociais (ameaças ou oportunidades) no relacionamento com as comunidades, com os fornecedores, com o público interno, bem como, com os parceiros de negócio. Os temas foram agrupados em duas dimensões: Desenvolvimento Local e Direitos Humanos, de modo a subsidiar o planejamento das ações de resposta, buscando oportunidades de desenvolvimento local, em alinhamento com a Política de Responsabilidade Social. (fonte: PP-1PBR-00664 – Gerir Riscos Sociais e o Relacionamento Comunitário)



Figura 1 – Dimensões e Temas de Responsabilidade Social

As etapas do processo Gerir Riscos Sociais e Relacionamento Comunitário seguem as orientações corporativas de gestão de riscos definidas na Política de Gestão de Riscos Empresariais - PL-0SPB-00007; nas Diretrizes de Gerenciamento dos Riscos Empresariais da Petrobras - DI-1PBR-00106; nas Diretrizes para o Gerenciamento dos Riscos de Projetos de Investimento da Petrobras - DI-1PBR-00276 –B; e na norma ABNT ISO 31000 Gestão de Riscos – Princípios e Diretrizes conforme Figura 2. (fonte: PP-1PBR-00664 – Gerir Riscos Sociais e o Relacionamento Comunitário)



Figura 2 – Etapas do processo Gerir Riscos Sociais e Relacionamento Comunitário

Os riscos sociais devem considerar todos os diferentes públicos, dos quais possam se originar ou vir a afetar. Comunidades, público interno, fornecedores e parceiros de negócio são exemplos de públicos a serem considerados. (fonte: PP-1PBR-00664 – Gerir Riscos Sociais e o Relacionamento Comunitário)

De forma complementar, o processo Gerir Riscos Sociais dos Investimentos, Operações, Descomissionamentos, Hibernações e Desinvestimentos (PP-1PBR-00674) estabelece que os projetos de descomissionamento demandam da Responsabilidade Social apoio para gestão das partes interessadas. (fonte: PP-1PBR-00674 Gerir Riscos Sociais dos Investimentos, Operações, Descomissionamentos, Hibernações e Desinvestimentos)

Na Petrobras, o propósito da Responsabilidade Social é promover transformações socioambientais positivas, construir vínculos e manter relacionamentos pautados na confiança, obter a licença social e consolidar imagem e reputação da empresa. Somos construtores de pontes entre a Petrobras e a sociedade e estimulamos no dia a dia a consciência necessária ao desenvolvimento sustentável.